

Senado é que pode criar problemas para aprovação

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, reconheceu ontem que há dificuldades para aprovação da emenda convocatória da Constituinte no Senado caso a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" seja retirada do artigo 1º. Na previsão de Lourenço, a matéria será aprovada hoje na Câmara de uma forma ou de outra e não haverá problemas com a bancada do PFL para sua votação.

— Não tenho segurança, entretanto, para dizer se a Constituinte vai ser aprovada pelo Congresso. Sei que vai ser aprovada na Câmara — afirmou o líder admitindo o risco de sua rejeição no Se-

nado caso não se consiga "costurar" um acordo em torno da expressão.

As dificuldades para aprovação da Constituinte no Senado sem a inclusão dessa expressão partiriam dos Senadores eleitos em 1982 com mandato de oito anos. Eles temem que a retirada do termo dê margem a interpretações que tornariam a Constituinte exclusiva e não congressional.

Lourenço presenciou ontem a advertência do Deputado João Faustino (PFL-RN) de que se a Constituinte não for aprovada esta semana a tese das eleições presidenciais diretas para o próximo

ano poderá "ganhar as ruas". Ele não concordou com a advertência, considerando que não há relação entre a aprovação da Constituinte e o movimento pelas diretas no próximo ano, que considera um "desserviço à nação". Segundo José Lourenço, não haverá quorum de dois terços para aprovar qualquer iniciativa propondo a antecipação da eleição presidencial.

Representantes do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte que congrega mais de 500 entidades da sociedade civil, entregaram ontem ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e às Lideranças partidárias no Congresso documento

em favor do adiamento, para março de 86, da decisão sobre a convocação da Assembléia, "para que a matéria seja mais amadurecida e se encontre uma solução mais compatível com os anseios da Nação".

No documento, o Plenário informa que seus representantes vieram a Brasília pela segunda vez para conclamar o Congresso a "não votar às pressas e sob pressão do Executivo uma matéria que orientará toda a vida política, econômica e social do País.

Estão em Brasília, cerca de 80 representantes da entidade, provenientes de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.